

Falta dinheiro para aumento de militares

BRASÍLIA — Sem entrar no mérito jurídico da questão da isonomia, requerida pelos militares e que engloba um aumento salarial de 30%, o secretário do Tesouro, Luiz Antônio Gonçalves, diz que para ele só existe um fato real: o governo não tem caixa para pagar o aumento solicitado.

A equiparação salarial pretendida pelos militares do Executivo, baseia-se num decreto que proíbe soldos de ministros militares do Superior Tribunal Militar maiores que seus equivalentes nos ministérios, e ontem mesmo teve parecer contrário das consultorias jurídicas do Exército, Marinha e Aeronáutica. Apenas a consultoria jurídica do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) entende que a isonomia tem respaldo jurídico.

Os militares das Forças Armadas acham que seus salários encontram-se totalmente defasados, apesar do seu crescimento nominal da ordem de 5.233%, de março de 1987, a março de 1989 (a inflação acumulada em igual período foi de 5.800%, aproximadamente). Em 1987 o soldo-base tomado como valor para cálculo dos demais — o de almirante de esquadra — era de Czs 12.687,30. Em janeiro deste ano ele foi congelado em NCzs 663,60. O aumento inclui a con-

cessão de quatro gatilhos de 20% e da URP, concedida durante quase um ano e meio.

A insatisfação interna é muito grande e, diante do crescimento do número de requerimentos de subordinados das três forças, pretendendo equiparação com o tribunal militar, os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica orientaram seus comandantes a segurar um pouco tais processos, pelo menos até que o consultor Saulo Ramos dê seu parecer final sobre a questão.

A cada dia, o quadro torna-se mais indefinido, pois na área econômica não existe unanimidade quanto à validade jurídica sobre a reposição pretendida pelos militares, que, inclusive, é retroativa até outubro do ano passado. O procurador-geral da Fazenda, Cid Heráclito, disse ao ministro Mailson da Nóbrega que está estudando o assunto, embora considere que "o caso procede".

Embora tenha sido o veículo para o encaminhamento da explosiva e polêmica questão da isonomia até a Consultoria Geral da República, o ministro do EMFA, almirante Valbert Lissieux, considera que existe um vazio na legislação e os ministros militares devem uma satisfação aos subordinados que estão requerendo o aumento salarial.